



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

P M S B
FLS Nº 30

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

1. LICITAÇÃO PARA AMPLA DISPUTA;
2. TODOS OS LICITANTES DEVERÃO SE DIRIGIR AO PREGOEIRO, SR. EDSON CLEITON PEREIRA SOUSA E SUA EQUIPE DE APOIO E AUXILIARES;
3. O PREGOEIRO NÃO SE RESPONSABILIZA POR INFORMAÇÕES REPASSADAS POR TERCEIROS DURANTE A FASE EXTERNA DO CERTAME;
4. A EQUIPE DE APOIO É FORMADA PELAS SRAS. MICHELLE DA SILVA GONÇALVES E FRANCISCA EDNA SILVA ALMEIDA;
5. COMPÕEM AINDA A EQUIPE DE AUXILIARES DO PREGOEIRO, O SR. JOÃO WAGNER MARTINS DE OLIVEIRA E A SRA. EXCELSA FRANCO DA SILVA; e
6. DEVERÁ SER OBERVADO O HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO, QUE É DAS 7h30 às 8h.

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03.004/2017 – PP

Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993 (com as alterações da Lei nº. 8.883/94 e da Lei nº. 9.648/98), Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 8.250/2014 e Lei 123/2006, Lei 147/2014 e suas alterações.

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de São Benedito, por intermédio do Pregoeiro Oficial do Município, designados pela portaria 019/2017, torna público para conhecimento de todos os interessados que até **as 8h do dia 04 de Agosto de 2017**, na sala da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura Municipal de São Benedito, localizada na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes às propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação modalidade **PREGÃO na forma PRESENCIAL**, do TIPO MENOR PREÇO, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94 de 08.06.94 e **Lei 123/2006, Lei 147/2014 e suas alterações.**

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO , tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, constante do Anexo I do presente edital.
Órgão Interessado:	Secretaria de Finanças e Administração.
Critério de Julgamento:	MENOR PREÇO GLOBAL
Forma:	Pregão Presencial
Data e Hora de Abertura:	04 de Agosto de 2017, às 8h.
Regime de Execução	Empreitada por Preço Global.
Gerente do Contrato	Secretaria de Finanças e Administração.

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação, em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato, bem como os esclarecimentos necessários à aplicabilidade obrigatória dos ditames das Leis 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.

PARTE B – ANEXOS

- Anexo I – Termo de Referência do Objeto;
- Anexo I.A – Especificações;
- Anexo I.B – Especificação Detalhada;
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III – Modelos de Declarações/Procuração;
- Anexo IV – Minuta de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do anexo I; anexo I.a e anexo I.b do Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO NA PRESENTE LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação, empresas localizadas em qualquer Unidade da Federação cadastradas ou não no Município de São Benedito/CE, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação **respeitados os favorecimentos impostos pela Lei 123/2006 e Lei 147/2014 e suas alterações.**

2.1.1. **CADASTRAMENTO:** O Licitante que desejar o cadastramento/revalidação junto ao Município de São Benedito/CE (inscrição no CRC) a que se refere o sub-item anterior deverá providenciá-lo diretamente na sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão, situada à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito/CE.

2.1.2. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.

2.2. **CREDENCIAMENTO:** Cada licitante deverá apresentar-se com apenas 01 (um) representante, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, o qual será o único admitido a intervir nas diversas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, pelo licitante representado.

2.2.1. Cada representante, juntamente com o documento hábil de credenciamento, deverá apresentar ainda:

a) Cópia de seu documento oficial de identificação (do representante), válido na forma da lei;

b) Declaração de pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências quanto à proposta e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital, conforme modelo disposto no item 02 do Anexo III deste Edital;

c) Registro comercial (quando for o caso de empresa individual) ou ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e todos os seus aditivos e/ ou consolidado(no caso de sociedades comerciais) ou Inscrição do Ato constitutivo (no caso de Sociedade civis) em vigor devidamente registrado em órgão competente.

d) Declaração firmada por representante legal da licitante que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e de que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06 (anexo III-item 1), caso se enquadre.

2.2.2. Os documentos de credenciamento e de identificação deverão ser apresentados em separados dos envelopes de proposta de preço e de habilitação, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura desses envelopes.

2.2.3. Entende-se por documento hábil de credenciamento o instrumento particular específico com a firma do outorgante reconhecida em cartório ou público de mandato, conforme modelo discriminado no item 03 do Anexo III deste Edital, conferindo poderes para a prática de atos compatíveis com a presente licitação, outorgado por sócio-gerente, diretor, titular ou qualquer outro representante da licitante com poderes para tanto, acompanhado de documento que comprove tais poderes (Contrato social, etc);

2.2.4. Caso o credenciado da pessoa jurídica licitante seja sócio-gerente ou diretor do licitante ou titular de firma individual, disporo por si só de poderes de representação, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição, na forma do item 2.2.3, nos quais estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.3. A incorreção ou não apresentação do instrumento de mandato, da comprovação de que se trata o sub-item 2.2.3 ou dos documentos tratados nas alíneas "a" e "c" do subitem 2.2.1, implicará no **não credenciamento do licitante**, ficando o mesmo impossibilitado de participar da fase de lances, sendo aceita apenas sua proposta inicial, desde que o licitante apresente o documento tratado na alínea "b" e "d" (caso enquadra-se como ME ou EPP) do subitem 2.2.1 e se houver compatibilidade dos objetivos sociais da licitante com o objeto da licitação, incluindo a impossibilidade de interpor recurso, valendo-se , para todos os efeitos, dos termos de sua proposta escrita.

2.3.1 A Licitante que não apresentar o documento tratado na alínea "b" do subitem 2.2.1, não se credenciará e nem participará do certame, sendo-lhe devolvidos os envelopes de proposta de preços e habilitação.

2.4. No decorrer do procedimento licitatório, os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos neste item. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa/entidade licitante.

2.5. Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.

2.5.1. Se antes do início da abertura dos envelopes de propostas de preços for constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

2.5.2. Se constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de proposta de preços, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

2.6. Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o Município de São Benedito/CE, ou tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

2.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar Nº. 123/06 e Lei 147/2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento (Anexo III – item 1).

2.7.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que trata o item 2.7, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, **no PRAZO DE 5 (CINCO) dias úteis, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006.**

2.7.2. A participação de empresas classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), que tenham declarado possuir restrição fiscal conforme o item acima, somente será permitido caso tais empresas tenham manifestado, no ato de credenciamento, a condição de enquadramento como ME ou EPP, conforme dispõe o item 2.7 deste capítulo.

2.7.3 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO.**

2.7.4. Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

3.1 - O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

3.1.1 - Credenciamento dos licitantes;

3.1.2 - Recebimento de envelopes de "propostas de preços" e "documentos de habilitação";

3.1.3 - Abertura das propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;

3.1.4 - Lances verbais entre os classificados;

3.1.5 - Habilitação do licitante melhor classificado;

3.1.6 - Recursos;

3.1.7 – Adjudicação.

4. DOS ENVELOPES E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

4.1. Além dos documentos de credenciamento, previstos no subitem 2.2, cada licitante deverá ainda apresentar simultaneamente 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: "**Proposta de Preços**" e "**Documentos de Habilitação**", sendo aceita a entrega dos 02 (dois) conjuntos de documentos juntamente com o documento tratado na alínea "b" do subitem 2.2.1., sendo vedado a remessa por via postal.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à "**Proposta de Preços**" e aos "**Documentos de Habilitação**" deverão ser entregues em envelopes separados, opacos e lacrados, rubricados no fecho, endereçados à Prefeitura Municipal de São Benedito/CE, identificados com o número da presente licitação, com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos seus conteúdos ("**Proposta de Preços**" ou "**Documentos de Habilitação**").

4.3. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original ou cópia do original autenticada por cartório competente.

- 4.3.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.
- 4.3.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 4.3.3. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.
- 4.3.4. Nos documentos (certidões) apresentados neste processo, quando não consignado o respectivo prazo de vigência em seu bojo, o prazo de vigência será aceito pelo Pregoeiro como sendo de **60 (sessenta) dias**, salvo determinação legal específica em contrário.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços deverá ser elaborada em **01 (uma) via** em papel timbrado ou com carimbo do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo na parte externa do envelope "1" as seguintes indicações:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03.004/2017 – PP

LICITANTE: _____ CNPJ Nº. _____

ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.2. A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no **ANEXO II** deste Edital, contendo:
- 5.2.1. A modalidade e o número da licitação;
- 5.2.2. Endereçamento ao (a) Pregoeiro da Prefeitura de São Benedito;
- 5.2.3. Razão Social, CNPJ, endereço, inscrição estadual ou municipal do proponente, conforme o caso. Sendo opcional a informação de conta corrente, agência bancária e respectivo banco, número de telefone/fax, e endereço eletrônico da empresa;
- 5.2.4. Prazo de Execução dos serviços de 12 (doze) meses, conforme os termos do edital;
- 5.2.5. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- 5.2.6. O(s) item(ns) cotado(s), no(s) quantitativo(s) licitado(s), segundo a unidade de medida consignada no edital.
- 5.2.6.1. Deverão ser computados nos preços propostos da prestação dos serviços: fornecimento de mão de obra qualificada, recursos técnicos necessários, todos os tributos, encargos, royalties, taxas, seguros e impostos, inclusive transportes, estadia e alimentação, que serão de total responsabilidade da proponente.
- 5.2.7. Declaração da licitante que nos valores apresentados, estão inclusos todas as despesas incidentes sobre os serviços referentes a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à prestação do serviço licitado e ainda aceitação e cumprimento a todas as obrigações contidas no Termo de referência deste edital.

ORIENTAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS

- 5.3. Os preços constantes da proposta de preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a virgula, cabendo ao licitante proceder o arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.
- 5.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 5.5. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.
- 5.5.1. A proposta deve contemplar o quantitativo do item, em sua integralidade, conforme Termo de Referência do Edital.
- 5.6. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos Serviços e as condições de participação, competição, julgamento, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº. 10.520/02 e 8.666/93, alterada e consolidada.

- 5.7. Na análise das propostas de preços o pregoeiro observará preferencialmente o valor global, sendo-lhe facultado analisar também o valor unitário.
- 5.8. Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com este item.
- 5.9. Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope " nº 01" não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O envelope "**Documentos de Habilitação**" deverá conter os documentos exigidos em uma única via, e ser apresentado na forma do sub item 4.2 deste edital, contendo a seguinte inscrição no seu frontispício:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03.004/2017 – PP
LICITANTE: _____ CNPJ Nº. _____
ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2. Os Interessados Não Cadastrados na Prefeitura de São Benedito, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (sub itens 6.3 a 6.7), os quais serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

6.3. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.3.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de firma individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.3.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS OU CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.3.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

6.3.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.4. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

6.4.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e **Dívida Ativa da União**, ou conforme nova certidão unificada com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, através de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa;

6.4.4. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa com o **Município** do domicílio ou sede da licitante;

6.4.5. Certificado de Regularidade com o **FGTS**;

6.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A das Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.5. RELATIVA À ECONÔMICO-FINANCEIRA:



Prefeitura de
São Benedito
Cidade do Pé, Cidade das Flores

P M S B
F L S N° 36

6.5.1. Certidão negativa de **falência ou concordata**/ recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.5.2. **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, devidamente registrados na Junta Comercial competente; **as empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, conforme declarada no CREDENCIAMENTO ficarão isentas da apresentação do que se refere este item conforme o Art. 25, C/C do Art. 26, § 2º e Art. 27 da Lei 123/2006 e alterações posteriores, mediante a apresentação:**

a) Declaração Anual do Simples Nacional/ DEFIS;

6.5.3. Para as empresas criadas no exercício em curso, apresentar a fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial do Estado da Sede ou Domicílio da licitante;

6.6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.6.1. O licitante deverá apresentar documento, relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854/1999, publicada no DOU em 28/10/1999, conforme anexo III -item 04 deste edital- **DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR.**

6.6.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e da **inexistência de fato superveniente** impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante no **Item 05 do ANEXO III** deste edital (art. 32, §2º, da Lei nº. 8.666/93).

ORIENTAÇÃO SOBRE ELABORAÇÃO A FASE HABILITAÇÃO

6.7. No caso de **LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO**, a documentação mencionada nos subitens **6.3 a 6.5** poderá ser substituída pela apresentação do **Certificado de Registro Cadastral (CRC)** junto à Prefeitura Municipal de São Benedito, **Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS** ou conforme nova certidão unificada com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, **Certidão de Regularidade junto ao FGTS**, juntamente com os Documentos exigidos no **Item 6.6** assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes, o qual deverá ser entregue acompanhado dos documentos tratados no subitem 6.8. do edital, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo Pregoeiro.

6.8.1. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de São Benedito deverá também se encontrar dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

6.9. A documentação constante dos envelopes de habilitação que forem abertos integrará os autos do processo licitatório e não será devolvida.

6.9.1. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados classificados ao final da fase de competição poderão ser retirados por seus representantes na própria sessão. Os documentos não retirados permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, durante 30 (trinta) dias correntes à disposição dos respectivos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

6.10. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.

6.11. **Para habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.**

7. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1. O Pregão será do **Tipo PRESENCIAL**, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro Oficial do Município de São Benedito, e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

P M S B
FLS Nº 37

7.2. **CRENCIAMENTO:** Antes do início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, identificar-se e comprovarem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, na forma do item 02 deste instrumento, **assinando então lista de presença. Findo o horário de credenciamento, com a assinatura dos presentes na lista, não será aceito o credenciamento de licitantes retardatários. O credenciamento se dará das 7h30 às 8h.**

7.3. **RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes devidamente credenciados e aptos a participarem e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde o Pregoeiro receberá de cada licitante ou seu representante os documentos de credenciamento, os envelopes distintos, devidamente lacrados rubricados nos fechos, contendo as propostas de preços e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.

7.3.1. Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro.

7.3.2. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.4. Abertos os envelopes contendo as "Propostas de Preços" de todos os licitantes, o Pregoeiro ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para a execução do(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.4.1. Para o julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.5. **CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** O Pregoeiro fará a ordenação das propostas de preços de todos os licitantes, em ordem decrescente de valor, classificando o licitante com proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus representantes participem dos lances verbais.

7.5.1. Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 7.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas iniciais.

7.5.2. Havendo empate de propostas no limite de 10% (dez por cento), bem como no terceiro valor, todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço serão selecionadas para a fase de lances.

7.6. **LANCES VERBAIS:** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes, obedecendo às seguintes disposições:

7.6.1. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta de preços classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas de preços será realizado imediatamente sorteio visando definir a ordem de lance entre os licitantes empatados.

7.6.2. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado.

7.6.3. O Pregoeiro no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:

- Determinar um intervalo mínimo de valor entre os lances verbais a serem realizados;
- Determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;

7.6.4. Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas do Pregoeiro na forma da alínea "a" do subitem anterior.

7.6.5. Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pelo Pregoeiro na forma da alínea "b" do subitem 7.6.3.

7.6.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de classificação ao final da etapa competitiva.

7.6.7. Quando não mais se realizarem lances verbais por quaisquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem decrescente de valor, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.6.8. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa

competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.

7.6.9. Caso haja empate nas propostas de preços escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do pregão, caso não se aplique nenhuma regra contida na Lei 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.

7.6.10 Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa ao Projeto Básico/Termo de Referência, decidindo motivadamente a respeito e caso haja participação de microempresas ou empresas de pequeno porte no certame, o Pregoeiro dará a preferência de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme segue:

a) entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço;

b) as condições aqui estipuladas somente serão aplicadas quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

c) a preferência será concedida da seguinte forma:

c1) ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de cinco minutos, sob pena de preclusão.

7.6.11. No intuito de comprovar a exequibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá determinar ao licitante que demonstre através de documentação, a composição dos custos apresentados.

7.6.12. Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior, o Pregoeiro abrirá o envelope de habilitação do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto no subitem anterior.

7.6.13. Diante da hipótese tratada no subitem 7.6.11 o Pregoeiro poderá, também "sob condição", negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir menor preço, caso não comprovada a exequibilidade do licitante anteriormente classificado.

7.6.14. O lance verbal depois de proferido será irrevogável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

7.6.15. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

7.6.16. Não serão adjudicadas propostas com preços superiores aos valores estimados para a contratação, constantes da planilha anexa (mapa de cotação).

7.6.16.1. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços/percentuais registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de cotações do Município de São Benedito-CE, responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

7.7. HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" do(s) licitante(s) que apresentou(ar) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 6.

7.7.1. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope Nº. 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior, exceto nos casos previstos na Lei 123/2006 e Lei 147/2014 e suas alterações.

7.7.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

7.7.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.7.4. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, permitida a negociação do sub item 7.6.8 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.7.5. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o **prazo de 08 (oito) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas esboçadas das causas referidas neste artigo.

7.7.6. O Pregoeiro terá a prerrogativa de decidir se o exame dos documentos de habilitação se dará ao final da etapa competitiva de cada item/lote ou ao final do julgamento de todos os itens/lotes.

7.8. **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Da sessão do pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

7.8.1. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a contratação dos serviços, será feita pelo Pregoeiro a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) À Procuradoria jurídica indicada pelo(s) órgão(s) solicitante(s) da presente licitação, para fins de análise e parecer jurídico sobre o processo licitatório;

b) Depois ao(s) órgão(s) solicitante(s) da presente licitação para homologação e conseqüente formalização de contrato.

7.8.2. A proposta de preços adequada ao preço ofertado no lance final deverá ser elaborada de modo que não fique superior a média de preços e condições de mercado e nem tampouco será aceito preço unitário progressivo, devendo ser apresentado em até 48 (quarenta e oito) horas.

7.9. SUSPENSÃO DA SESSÃO.

7.9.1. Ao Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

7.9.2. O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

7.10. **INDICAÇÃO DO VENCEDOR:** No julgamento das propostas/ofertas será declarado vencedor o licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste edital, apresentar **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto do certame a ele será adjudicado.

7.10.1. Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste edital.

8. RECURSOS

8.1. Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar **contra-razões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias úteis** (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Municipal(is), por intermédio do(a) Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Municipal(is).

8.3. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

8.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme disposto no § 2º do art. 109 da Lei Nº. 8.666/93.

8.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

8.7. A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata.

8.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 8.9. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO homologará e procederá a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s);
- 8.10. A intimação dos atos decisórios da Administração - Pregoeiro ou Secretário Municipal de FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - em sede recursal será feita mediante publicação do extrato resumido do ato no DOM ou mediante afixação do ato resumido no flanelógrafo do Município de São Benedito-CE, conforme disposto na Lei Municipal.
- 8.11. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala do Pregoeiro do Município de São Benedito-CE, caso não seja contrário às particularidades do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 03.004/2017 - PP**.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à Secretaria Contratante interessada, nas seguintes rubricas orçamentárias:

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Dotação orçamentária: **03.01.04.123.0403.2.009 - MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 - OUTROS SERV TERCEIROS - P. JURIDICA**

Fonte de Recursos: **PRÓPRIOS**

10. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

10.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.1.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.2. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

10.2.1. O endereçamento ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Benedito-CE;

10.2.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura de São Benedito, dentro do prazo editalício;

10.2.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

10.2.4. O pedido, com suas especificações;

10.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação do edital no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, conforme estabelecido no § 1 do art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000,;

10.4. A resposta do Município de São Benedito será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Prefeitura de São Benedito, conforme Lei municipal e constituirá aditamento a estas Instruções.

10.5. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

10.6. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.6.1. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Pregoeiro ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

10.7.1. Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

10.8. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de São Benedito poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação POR ILEGALIDADE, em qualquer etapa do processo, de acordo com a lei.

11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura do respectivo contrato, subscrito pelo Município, através da Secretaria de Finanças e Administração, representada(s) por seu(s) respectivo(s) gestor(es), e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos da Lei nº. 8.666/93, da Lei nº. 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.

11.1.1. Integra o presente instrumento a **Minuta de Contrato** a ser celebrado (**ANEXO IV**).

11.1.2. Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável deverão obedecer às disposições elencadas no Termo de Contrato.

11.2. Homologada a licitação pelas autoridades competentes, o Município de São Benedito convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura do Contrato entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos da minuta que integra este Edital.

11.2.1. O(s) licitante(s) vencedor(es) terá(ão) o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato.

11.2.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente.

11.2.3. Se o licitante vencedor não assinar contrato no prazo estabelecido é facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação.

11.3. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos meios legais. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

11.4. O contrato só poderá ser alterado em conformidade com os artigos **65 da Lei nº. 8.666/93**.

11.5. O licitante, quando celebrado contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários, a critério da Administração Pública, respeitando-se os limites previstos na Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor máximo consignado no contrato.

11.6. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de **12 (DOZE) meses**, admitindo-se, porém, **por ser serviço contínuo**, a prorrogação se em conformidade com os termos do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, se os preços contratados continuarem se mostrando mais vantajosos à administração.

11.7. O contrato poderá ser **RESCINDIDO** pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma Lei e suas alterações.

12. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS

12.1. DAS ORDENS DE SERVIÇOS: Os serviços licitados/contratados se darão mediante expedição de **ORDENS DE SERVIÇOS**, por parte da administração ao contratado, que englobarão integralmente os quantitativos objeto do contrato de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria Gestora.

12.1.1. A ordem de serviços emitida conterá os serviços pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

12.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de serviço, o prestador deverá executar devidamente os SERVIÇOS, oportunidade em que receberá o atesto declarando a prestação dos serviços.

12.1.3. O aceite dos serviços pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do prestador por vício do quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas nos anexos deste Edital quanto aos serviços executados.

12.2. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO: Os serviços contratados deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias imediatamente após a expedição da **ORDEM DE SERVIÇO** emitida pela administração, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

12.2.1. Por ocasião da execução dos serviços, o prestador deverá apresentar respectivas fatura e Nota Fiscal. As informações necessárias deverão ser requeridas junto ao contratante.



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

P M S B
FLS No 42

12.2.2. Para o serviço objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de São Benedito, com endereço na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.778.129/0001-74, ou em nome de fundos específicos.

12.2.3. No caso de constatação da inadequação do serviço prestado às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento. AS PRORROGAÇÕES de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestado pelo município de São Benedito-CE.

12.3. Os serviços licitados deverão ser executados, observando rigorosamente as especificações contidas no **Termo de Referência e anexos**, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93;
- d) a execução dos serviços devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

12.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada, pela Secretaria de Finanças e Administração.

13. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

13.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro.

13.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado pela tesouraria da Prefeitura Municipal de São Benedito, somente após os créditos recuperados serem colocados a disposição para o Município, conforme execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

13.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária.

13.3. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

13.4. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

14. DAS SANÇÕES

14.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de **prestar o serviço** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do serviço, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do serviço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Benedito e será descredenciado no Cadastro da



Prefeitura de São Benedito pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

14.1.1. multa de 20% (VINTE por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

14.1.2. multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço solicitado, contados do recebimento da autorização no endereço constante do cadastro ou do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da prestação dos serviços;

14.1.3. multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço solicitado;

14.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da prestação dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

14.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Benedito e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de São Benedito pelo prazo de até **05 (cinco) anos**.

14.5.2. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pelo pregoeiro ou presidente à Procuradoria Geral do Município para apuração. Nos casos ligados a fase posterior a adjudicação serão comunicados pela autoridade gestora competente à Procuradoria.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

15.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão e pelo(s) Secretário(s) Gestor(es), em outro caso, mediante aplicação do caput do art. 54 da Lei nº. 8.666/93.

15.3. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

15.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

- 15.5. A Homologação do presente procedimento será de competência do(s) Secretário(s) Gestor (es).
- 15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, **exclui-se o dia de início** de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.
- 15.7. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, será competente o Foro da Comarca de São Benedito.
- 15.8. Quaisquer informações poderão ser obtidas na sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura de São Benedito.
- 15.9. Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de Edital, nos horários de 8h30 às 12 horas, na Sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura de São Benedito/Ce, situada na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará ou pelo site do Tribunal de Contas dos Municípios: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/abertas>; <http://www.saobenedito.ce.gov.br/transparencia/licitacoes> Novo; bem como demais informações poderão ser obtidas através dos e-mails: licitacaosb@hotmail.com | cleitonsousa.pregoeiro@gmail.com, além do telefone 88 3626.1347
- 15.10. Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.
- 15.11 - No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurada a autoridade competente: Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente; Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação em meios legais.

São Benedito - CE, 24 de Julho de 2017.


Edson Cleiton Pereira Sousa
Pregoeiro Oficial do Município

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:

Parecer Jurídico opinando pela
aprovação do presente Edital, anexos e
minuta contratual, devidamente
acostado aos autos.

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, conforme a especificação técnica anexa neste TERMO DE REFERÊNCIA.

2. JUSTIFICATIVA: Com a finalidade de atualização e modernização da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, visando o controle e otimização dessas receitas, obedecendo à Legislação Tributária Municipal, no tocante aos elementos que compõe os cálculos para os respectivos impostos. Bem como, atualizar a Planta Genérica de Valores com intuito de tornar a cobrança em consonância com a prática da justiça fiscal. E ainda, compor uma base de dados capaz de atender as demandas da Administração Municipal no que diz respeito a atualização cadastral, ao atendimento ao cidadão e ao planejamento urbano. Além disso, os servidores da administração municipal deverão ter uma efetiva participação na execução das atividades, atuando com atores do processo e se qualificando para manuseio de equipamentos desenvolvidos para apoiar a gestão cadastral. Dever-se-á criar uma nova cultura de manutenção cadastral, o que agilizará a implementação do Cadastro Técnico.

2.1. Fundamenta-se na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94 de 08.06.94 e demais legislação complementar em vigor.

2.2. Este objeto será realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço, com a forma de serviços prestados sob empreitada por preço global e sob demanda da Secretaria.

2.3. **JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE** – No quadro atual o nosso Município não possui viabilidade operacional para realização de contratações através de pregão eletrônico, ou seja, não dispomos de recurso de tecnologia na área de informática, o que não trará segurança jurídica aos participantes e para a administração.

3. ESPECIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1. O presente termo de referência é oriundo das solicitações de despesas– 03.2017.07.24.001- Secretaria de Finanças e Administração, unidade gestora do presente processo administrativo.

3.2. Os preços em referência foram estimados com base nas cotações realizadas pela administração anexas aos autos deste processo.

3.3. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

3.4- Especificações (sintéticas) do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE
1	Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de atualização do cadastro multifinalitário da Prefeitura Municipal de São Benedito, conforme detalhamento dos anexos i.a; i.b e TR.	UNIDADE	10.000

4- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados de forma indireta e de acordo com demanda da secretaria em regime de empreita por preço global.
- 4.2. Os serviços serão recebidos e atestados sua execução por servidor designado, especialmente para acompanhamento e fiscalização, pela Secretaria Municipal.

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O prazo da vigência do contrato será durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, por se tratar de serviço contínuo.

6- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS

6.1- **DAS ORDENS DE SERVIÇOS:** Os serviços licitados/contratados se darão mediante expedição de **ORDENS DE SERVIÇOS**, por parte da administração ao contratado.

6.1.1 - A ordem de serviços emitida conterá os serviços pretendidos, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

6.1.2 - Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de serviço, o prestador deverá executar devidamente os SERVIÇOS, oportunidade em que receberá o atesto declarando a prestação dos serviços.

6.1.3 - O aceite dos serviços pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do prestador por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas nos anexos do Edital quanto aos serviços executados.

7- **DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os serviços contratados deverão ser iniciados no prazo máximo de **05 (cinco) dias** imediatamente após a expedição da **ORDEM DE SERVIÇO** emitida pela administração, no **local definido pela contratante**.

7.1 - Os serviços licitados deverão ser executados no local definido pela contratante, observando rigorosamente as especificações contidas no **Termo de Referência**, no anexo desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes.

08- DA FISCALIZAÇÃO E GERÊNCIA DO CONTRATO

08.1- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Finanças e Administração

9- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à(s) Secretaria(s) Contratante(s) interessada(s), nas seguintes rubricas orçamentárias:

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Dotação orçamentária: 03.01.0412304032.009 – MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERV TERCEIROS - P. JURIDICA

Fonte de Recursos: PRÓPRIOS.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado pela tesouraria da Prefeitura Municipal de São Benedito, somente após os créditos recuperados serem colocados a disposição para o Município, conforme execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

10.2.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do prestador.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, da Lei Nº. 10.520/02.

11.2- A **CONTRATADA obriga-se:**

- a) Executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de São Benedito/CE, de acordo com especificado no instrumento convocatório, neste contrato e no termo de referência, observando ainda normas técnicas que eventualmente regulem-no, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do contratado;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os Serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Benedito/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na **execução dos serviços**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município de São Benedito/CE
- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de São Benedito/CE, cujas reclamações se a obriga atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de São Benedito/CE, no tocante à execução dos serviços . assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i) Aceitar as mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressão, limitados ao estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, tomando-se por base o valor contratual ;
- j) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagação de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- l) Manter durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- m) Arcar com todas as despesas inerentes a execução dos serviços;
- n) Se obriga a preparar documentos/relatórios em atendimento às demandas contratuais;
- o) Analisar quaisquer dados necessários à prestação dos serviços;
- p) Manter em horário comercial, nos dias úteis, plantão telefônico permanente com técnicos treinados para solucionar dúvidas e orientar quando necessário;
- q) Os serviços contratados deverão ser iniciados no prazo máximo de **05 (cinco) dias** imediatamente após a expedição da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela administração, no **local definido pela contratante**.
- r) Por ocasião da execução dos serviços, o prestador deverá apresentar respectivas fatura e Nota Fiscal, onde as informações necessárias deverão ser requeridas junto ao contratante;
- s) O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- t) Durante o desenvolvimento dos trabalhos a Contratada deverá ter uma programação de transferência de tecnologia à administração municipal, que deverá possibilitar que esta, ao final dos trabalhos, tenha servidores municipais capacitados, na quantidade a ser definida pelo município a utilizarem plenamente o material gerado e a darem curso ao processo de sua manutenção e atualização.

t.1.Requisitos:

t.1.1. A Contratada deverá aplicar um treinamento à equipe de servidores municipais que acompanharão os trabalhos;

t.1.2. O treinamento terá como objetivo a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, conceitos básicos sobre cadastro técnico e, por fim, os procedimentos específicos para elaboração de cada atividade, como por exemplo: preparo do material cartográfico, coleta de dados, conferência dos dados levantados a campo, controles, digitação e tudo o mais para a complementação do fluxo de atividades.

11.3- O **CONTRATANTE obriga-se :**

- a) Assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente forem solicitados;
- b) Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste contrato;
- c) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações do objeto contratual;
- d) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual;
- e) Fiscalizar a execução do objeto contratual.
- f) Fornecer as informações necessárias para emissão da Nota Fiscal.
- g) Indicar os funcionários que serão treinados.
- h) Dispor de pessoal para acompanhamento/fiscalização/supervisão dos serviços.

12- DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Este termo de referência e anexo visam atender as exigências legais para o procedimento na modalidade Pregão, encontrando-se vinculado ao Processo Licitatório e à contratação dele decorrente.

ANEXO I.A
PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES (ANALÍTICAS)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO.

Item	SERVIÇO - DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT. TOTAL
01	<p>1. LEVANTAMENTO E ANÁLISE PRELIMINAR, onde serão examinados os seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none">1.1. Análise da situação atual dos Cadastros Técnicos Municipais;1.2. Elaboração de novos cadastros;1.3. Atualização da planta genérica de valores para Cálculo do IPTU. <p>2. ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA REFERENCIAL, onde serão executados os serviços de desenho das Plantas de Quadras (PQ).</p> <p>3. LEVANTAMENTO CADASTRAL, compreendendo o preenchimento dos seguintes Boletins: BCI, BAE. Desenho de croqui dos imóveis, cálculo de áreas e revisão final dos documentos constitutivos dos seguintes cadastros:</p> <ul style="list-style-type: none">3.1. Imóveis;3.2. Logradouros;3.3. Loteamentos; e3.4. Atividades Econômicas.	Unid.	10.000,00

ANEXO I.B
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO

1 - OBJETO

Dos serviços é a **Atualização do Cadastro Multifinalitário**, consistindo na atualização e implantação dos seguintes Cadastros, a partir de levantamentos e pesquisas de campo, conforme itens a seguir.

- 1.1 - CADASTRO IMOBILIÁRIO
- 1.2 - CADASTRO DE SEGMENTO DE LOGRADOUROS
- 1.3 - CADASTRO ECONÔMICO
- 1.4 - LOTEAMENTOS

1.1 CADASTRO IMOBILIÁRIO

Na execução dos serviços de atualização do Cadastro Imobiliário, deverão ser coletadas e armazenadas informações precisas sobre o parcelamento de quadras em lotes e as características das edificações encontradas sobre os imóveis. No levantamento em imóveis territoriais e prediais deverão ser utilizados Boletins de Cadastro Imobiliário que conterão, obrigatoriamente, as informações abaixo que comporão o Cadastro Imobiliário.

1.1.1 Caráter Inicial

- a) Comando (inclusão, alteração e exclusão)
- b) Status do imóvel
- c) Inscrição Municipal
- d) Número de Inscrição Empresa de Água e Esgoto
- e) Natureza do Imóvel

1.1.2 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

- a) Inscrição Anterior
- b) Nº do Município
- c) Localização Cartográfica
- d) Informações do Imóvel (Cód. Logradouro, Seg. Logradouro, Nome Logradouro, Número do imóvel, Complemento, Bairro)
- e) Loteamento: Número, Nome, Quadra, Lote
- f) CEP
- g) Patrimônio: Particular, Federal, Estadual, Municipal, Religioso, Partido Político, Sociedade Civil, Sindicato.
- h) Posição Fiscal: Tributável, Isento e Imune.
- i) Situação Patrimonial do Imóvel.

1.1.3 IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

- a) Nome do Proprietário do imóvel
- b) Documentos (CPF, CNPJ ou outros)
- c) Endereço para correspondência
- d) Código do Logradouro
- e) Complemento do endereço para correspondência
- f) CEP

g) Cidade, Estado

1.1.4 CARACTERÍSTICAS DO TERRENO

- a) Número de Frentes
- b) Tamanho da Testada Principal
- c) Tamanho da Profundidade Principal
- d) Tamanho da Área do Terreno
- e) Tipo de solo: firme, rochoso, alagado, inundável, sujeito a maré, dunas e outros.
- f) Situação do Terreno: normal, esquina, vila, encravado, quadra, fundos, gleba e outros.
- g) Benfeitorias: Sem, muro, passeio e muro/passeio
- h) Passeio para Pedestre: sem, sem fio, Sem/com meio fio, Pedra Tosca, Cimento, Pré-moldados, etc.
- i) Ocupação do Terreno: Sem, em construção, construção paralisada e etc.
- j) Topografia: Plana, aclave, declive e irregular.
- k) Largura do Passeio para Pedestre.
- l) Árvore no passeio.

1.1.5 CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

- a) Tipo de Edificação
- b) Situação
- c) Utilização da Edificação
- d) Atributos especiais
- e) Sistema sanitário
- f) Abastecimento de água
- g) Estrutura da edificação
- h) Cobertura do Imóvel
- i) Acabamento externo
- j) Reservatório de água
- k) Número de edificações
- l) Número de pavimentos
- m) Área total construída
- n) Terreno impermeabilizado

1.1.6 CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE

- a) Classificação Arquitetônica
- b) Padrão de Construção (Estrutura, coberta, revestimento interno e externo, esquadrias, cobertura, forramento, instalações elétrica e hidráulica, piso, compartimentos)
- c) Utilização da edificação
- d) Estado de conservação
- e) Tipo de acabamento
- f) Instalações Elétricas
- g) Instalações Sanitárias
- h) Instalações Especiais
- i) Estado de Conservação
- j) Pontos de Água
- k) Ambientes (quantidade de Banheiros, quartos, salas, cozinha)
- l) Uso específico do imóvel
- m) Tamanho da área privada
- n) Tamanho da área comum



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

B M S B
FLS N° 52

1.1.7 CARÁTER GERAL

- Data da pesquisa
- Código de Cadastrador
- Cálculo da área do imóvel
- Coordenadas x e y para localização de imóvel.
- Cadastro do banco de imagens da fachada do imóvel e implantação junto ao Software de Arrecadação.

1.1.8 CROQUI

Desenho do Croqui contendo: medidas gerais da unidade, tipo de ocupação, localização da testada do imóvel.

Este conjunto de informações constituirá o Cadastro de Imóveis onde esses dados deverão ser inseridos no Sistema de Arrecadação do Município.

1.1.9 CONTROLE DE QUALIDADE

Deverá ser implantado controle de qualidade sobre os dados coletados para posteriores verificações, por amostragem, dos lotes de documentos de cada quadra, rejeitando-se as que apresentarem incorreções acima de 3% (três por cento) dos imóveis da quadra, bem como acima de 15% (quinze por cento) de casa fechadas e 15% (quinze por cento) nas que o proprietário não permitiu o acesso.

1.2 CADASTRO DE SEGMENTO DE LOGRADOUROS

Deverão ser elaborados Boletins de Cadastro de Segmento de Logradouros a serem aplicados na coleta de dados do Cadastro de Logradouros, os quais deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

1.2.1 Localização do Segmento

- nome do logradouro
- código do logradouro com a localização cartográfica
- trecho do logradouro ou nº dos segmentos
- número inicial e final do trecho par e ímpar
- largura da via e comprimento do trecho

1.2.2 Tipo de pavimentação

1.2.3 Tipo de iluminação pública

1.2.4 Serviços Urbanos

- Coleta de lixo sistemática, sistema de telefonia, rede de água, rede de esgoto, sistema de abastecimento.

1.2.5 Sistema Viário

- mão dupla e mão única

Este conjunto de informações constituirá o Cadastro de Boletim de Segmento de Logradouro, onde esses dados deverão ser inseridos no Sistema de Arrecadação do Município.

1.3 CADASTRO ECONÔMICO

Deverão ser coletados dados para composição do Cadastro de Informações de Empresas de Prestação de Serviços, contribuintes do ISS e Taxas, constando de:

1.3.1 Caráter Geral

- a) Inscrição Municipal
- b) Código do comando (inclusão, exclusão, alteração)
- c) Status (ativo, inativo)
- d) Localização Cartográfica de Atividade Econômica

1.3.2 Endereço do Estabelecimento

1.3.2.1 Identificação do contribuinte

- a) Razão social do estabelecimento
- b) Nome fantasia do estabelecimento
- c) Telefone para contato
- d) E-Mail
- e) Documentos (CPF ou outros)
- f) Número do NIS
- g) Endereço para correspondência
- h) Código do logradouro
- i) Complemento do endereço para correspondência
- j) CEP
- k) Cidade, Estado

1.3.2.2 Identificação da Atividade

- a) Classificação da atividade
- b) Tipo de contribuição (ISS, ISS/Alvará; Alvará)
- c) Exigibilidade do ISS
- d) Regime de Tributação
- e) Se o estabelecimento é optante do Simples
- f) Se o estabelecimento tem incentivo fiscal
- g) Código CNAE
- h) Especificação da atividade
- i) Código do Parâmetro da Atividade
- j) Descrição do Parâmetro da Atividade
- k) Área do Estabelecimento

Este conjunto de informações constituirá o Cadastro de Atividades Econômicas, onde os dados deverão ser inseridos no Sistema de Arrecadação do Município.

1.4 LOTEAMENTOS

- f) nome do loteamento
- g) quantidade de quadras
- h) quantidade de lotes
- i) largura da via e comprimento do trecho

1.4.1 Tipo de pavimentação

1.4.2 Tipo de iluminação pública

1.4.3 Serviços Urbanos

- b) Coleta de lixo sistemática, sistema de telefonia, rede de água, rede de esgoto, sistema de abastecimento.



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

P M S B
FLS Nº 54

- 1.4.4 Sistema Viário
b) mão dupla e mão única

1.5 CARTOGRAFIA

Deverá ser elaborada uma Planta de Referência Cadastral da Sede do Município, contendo na mesma, todas as alterações encontradas em campo no tocante as formas gráficas, nomes atualizados de logradouros, numeração de quadra. Entregue em CD ROM e *Software* Gráfico (CAD), e duas cópias plotadas. Deverão ser elaboradas e impressas Plantas de Quadra (PQ) identificando os lotes e numeração do imóvel com nomes, códigos de logradouros e códigos de segmentos.

2 – METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DOS SERVIDORES

A empresa proponente deverá estar compatibilizada com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e anexos, onde serão os referenciais para o processo de acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços, a serem executados.

3 – Corpo Técnico

- 3.1. A contratada deverá disponibilizar 1 (um) Coordenador e 1 (um) Supervisor para acompanhar a Equipe de Cadastradores.
- 3.2. O Coordenador e o Supervisor deverão emitir relatórios semanais sobre o andamento dos serviços.
- 3.3. Todas as despesas decorrentes de mão-de-obra, salários, obrigações sociais, alimentação, hospedagem, deslocamento serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 3.4. A Contratante poderá indicar pessoal do seu quadro de servidores para acompanhamento dos serviços, os quais receberão treinamento/capacitação por parte da Contratada.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA
PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Pregoeiro Oficial do Município de São Benedito-CE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03.004/2017 – PP

Razão Social:

CNPJ Nº.:

Endereço:

CEP:

Fone:

Fax:

Banco: Agência Nº.: Conta Corrente N.º:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO – R\$	PREÇO GLOBAL – R\$
1	Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de atualização do cadastro multifinalitário da Prefeitura Municipal de São Benedito, conforme detalhamento dos anexos i.a; i.b e TR.	UNIDADE	10.000		

VALOR MENSAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA- 12 (DOZE) MESES R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre os serviços referentes a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à prestação do serviço licitado e ainda aceitação e cumprimento a todas as obrigações contidas no Termo de referência deste edital.

Local e data

Carimbo da Empresa/Assinatura do Responsável

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 1) Modelo de Declaração:

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03.004/2017 – PP

DATA DE ABERTURA: ____ de ____ de ____

HORA DE CREDENCIAMENTO E DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: ____:____.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO.

(RAZÃO SOCIAL)-_____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, **DECLARO**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as pena da lei, ser _____ (microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos **impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/2006**

_____ (CE),..... de de _____

[REPRESENTANTE DA EMPRESA]
RAZÃO SOCIAL

ANEXO III
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 2) Modelo de Declaração:

DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório, junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, o seguinte:

- (1) Que tem pleno conhecimento, aceita e atende às exigências quanto à proposta e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Presencial
- (2) Que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e dos serviços a serem ofertados no presente certame licitatório;
- (3) Que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital e concorda integralmente com os termos deste edital e anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE),..... de de _____

DECLARANTE

ANEXO III
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 3) Modelo de Procuração:

DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr. < NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

OUTORGADO: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O Outorgante confere ao Outorgado (a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, relativo ao Pregão promovido através do Edital nº. 03.004/2017 – PP, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, Contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

_____ (CE),..... de de _____.

.....
OUTORGANTE
(Reconhecimento de Firma)

ANEXO III
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 4) Modelo de Declaração:

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que NÃO EMPREGA EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE, menores de (18)dezoito anos e em qualquer trabalho menores de (16) dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de (14) quatorze anos

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), de 2016.

.....
DECLARANTE



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

P M S B
FLS Nº 60

ANEXO III
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 5) Modelo de Declaração:

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, que **inexiste qualquer fato superveniente** impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº. 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), de de _____

.....
DECLARANTE



ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO – CE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 07.778.129/0001-74, com sede na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito, Ceará, através da Secretaria de Administração e Finanças, neste ato representado pelo(a) respectivo(a) Secretário(a), Sr(a). _____, CPF: _____ doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa _____, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____ portador da carteira de identidade nº _____, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de licitação na modalidade de **Pregão Presencial Nº. 03.004/2017 - PP**, devidamente homologado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças e as prescrições da Lei Federal Nº. 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com base na proposta da contratada, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste instrumento, **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO**, conforme especificações contidas no Edital de Pregão nº **03.004/2017 – PP** e seus anexos, na Proposta da Contratada, tudo pertencente ao presente instrumento independente de transcrição e de acordo com o quadro abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PAGAMENTO, REAJUSTE

3.1 - **PREÇO**: O preço Global contratado é de R\$ _____ (_____), observadas as condições da proposta adjudicada e o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO – R\$	PREÇO GLOBAL – R\$
1	Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de atualização do cadastro multifinalitário da Prefeitura Municipal de São Benedito, conforme detalhamento dos anexos i.a; i.b e TR.	UNIDADE	10.000		

3.2 - **PAGAMENTO**: O pagamento será efetuado pela tesouraria da Prefeitura Municipal de São Benedito, conforme execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

3.2.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do prestador.

3.2.2 – O Contratado deverá emitir Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de São Benedito, com endereço na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.778.129/0001-74, ou em nome de fundos específicos.

3.3 - **REAJUSTE**: Os valores contratados não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorá pelo prazo de **12(doze) meses**, admitindo-se, porém, por ser tratar de serviço contínuo, a prorrogação se em conformidade com os termos do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, se os preços contratados continuarem se mostrando mais vantajosos à administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária sob a rubrica:

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Dotação orçamentária: 03.01.04.123.0403.2.009 – MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERV TERCEIROS - P. JURIDICA

Fonte de Recursos: PRÓPRIOS.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, da Lei Nº. 10.520/02.

6.2- A CONTRATADA obriga-se :

- a) Executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de São Benedito/CE, de acordo com especificado no instrumento convocatório, neste contrato e no termo de referência, observando ainda normas técnicas que eventualmente regulem-no, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do contratado;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os Serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Benedito/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na **execução dos serviços**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município de São Benedito/CE
- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de São Benedito/CE, cujas reclamações se a obriga atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de São Benedito/CE, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i) Aceitar as mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressão, limitados ao estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, tomando-se por base o valor contratual ;
- j) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagação de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo de 24(vinte e quatro) horas;
- l) Manter durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- m) Arcar com todas as despesas inerentes a execução dos serviços;
- n) Se obriga a preparar documentos/relatórios em atendimento às demandas contratuais;
- o) Analisar quaisquer dados necessários à prestação dos serviços;
- P) Manter em horário comercial, nos dias úteis, plantão telefônico permanente com técnicos treinados para solucionar dúvidas e orientar quando necessário;
- q) Os serviços contratados deverão ser iniciados no prazo máximo de **05 (cinco) dias** imediatamente após a expedição da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela administração, no **local definido pela contratante** .
- r) Por ocasião da execução dos serviços, o prestador deverá apresentar respectivas fatura e Nota Fiscal, onde as informações necessárias deverão ser requeridas junto ao contratante;
- s) O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

t) Durante o desenvolvimento dos trabalhos a Contratada deverá ter uma programação de transferência de tecnologia à administração municipal, que deverá possibilitar que esta, ao final dos trabalhos, tenha servidores municipais capacitados, na quantidade a ser definida pelo município a utilizarem plenamente o material gerado e a darem curso ao processo de sua manutenção e atualização.

t.1.Requisitos:

t.1.1. A Contratada deverá aplicar um treinamento à equipe de servidores municipais que acompanharão os trabalhos;

t.1.2. O treinamento terá como objetivo a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, conceitos básicos sobre cadastro técnico e, por fim, os procedimentos específicos para elaboração de cada atividade, como por exemplo: preparo do material cartográfico, coleta de dados, conferência dos dados levantados a campo, controles, digitação e tudo o mais para a complementação do fluxo de atividades.

6.3- O CONTRATANTE obriga-se :

a) Assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que , eventualmente forem solicitados;

b) Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste contrato;

c) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações do objeto contratual;

d) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual;

e) Fiscalizar a execução do objeto contratual.

f) Fornecer as informações necessárias para emissão da Nota Fiscal.

g) Indicar os funcionários que serão treinados.

h) Dispor de pessoal para acompanhamento/fiscalização/supervisão dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE DO CONTRATO:

7.1. O contrato só poderá ser alterado em conformidade com os artigos, 57, 58 e 65 da Lei nº. 8.666/93, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

7.2. O Equilíbrio econômico-financeiro do contrato será buscado sempre que necessário para restabelecer as condições previamente pactuadas, mediante solicitação do contratado devidamente justificada e acompanhada dos documentos que comprovem o desequilíbrio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de **prestar o serviço** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do serviço, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do serviço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Benedito e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de São Benedito pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

8.1.1 - multa de 20% (VINTE por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

a) recusar em celebrar contrato quando regularmente convocado;

b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) não manter a proposta ou lance;

d) fraudar na execução do contrato;

e) comportar-se de modo inidôneo;

8.1.2 - multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço solicitado, contados do recebimento da autorização no endereço constante do cadastro ou do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da prestação dos serviços;

8.1.3 - multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço solicitado;

8.2 - Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da prestação dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

- 8.2.1 - advertência;
8.2.2 - multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;
8.3- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.
8.3.1 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.
8.3.2 - Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
8.3.3- As parte se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais, as previstas em lei e no Edital.
9.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.
9.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
10.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada.
10.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
10.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
10.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
10.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
10.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
10.9. A execução contratual será acompanhada e FISCALIZADA pelo(a) Secretaria de Finanças e Administração .
10.10- O LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS será no local definido pela contratante.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

- 11.1. O foro da Comarca de **SÃO BENEDITO** é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

SÃO BENEDITO - CE, ___ de _____ de _____

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO
CONTRATANTE

< NOME DA EMPRESA >
<NOME DO REPRESENTANTE>
CONTRATADA



Prefeitura de
São Benedito
Cidade da Fé, Cidade das Flores

P M S B
FLS Nº 65

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____

